

SUMÁRIO**1. LEI DAS CONTRAÇÕES PENAIJS – DECRETO-LEI Nº 3.688/41**

Decreto-lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941	1
Lei das Contravenções Penais – Decreto-lei nº 3.688/41	8
1. Considerações Iniciais	8
2. Parte Geral – Arts. 1º a 17	9
3. Parte Especial. Contravenções Referentes à Pessoa – Arts. 18 a 23	14
4. Contravenções Referentes ao Patrimônio – Arts. 24 a 27	20
5. Contravenções Referentes à Incolumidade Pública – Arts. 28 a 38	23
6. Das Contravenções Referentes à Paz Pública – Arts. 39 a 42	31
7. Contravenções Referentes à Fé Pública – Arts. 43 a 46	33
8. Das Contravenções Relativas à Organização do Trabalho – Arts. 47 a 49	36
9. Das Contravenções Relativas à Polícia de Costume – Arts. 50 a 65	38
10. Das Contravenções Referentes à Administração Pública – Arts. 66 a 70	53

2. ECONOMIA POPULAR – LEI Nº 1.521/51

Lei nº 1.521, de 26 de dezembro de 1951	57
Economia Popular – Lei nº 1.521/51	60

3. ABUSO DE AUTORIDADE – LEI Nº 4.898/65

Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965	79
Abuso de Autoridade – Lei nº 4.898/65	82
1. Considerações Iniciais	82
2. Aplicabilidade da Lei	82
3. Conceito de Autoridade	82
4. Discricionariedade e Abuso de Autoridade	83
5. Condição de Procedibilidade	83
6. Objetividade Jurídica	83
7. Objeto Material	83
8. Sujeito Ativo	83
9. Sujeito Passivo	84
10. Elemento Subjetivo do Tipo	84
11. Competência	84
12. Consumação e Tentativa	84
13. Concurso de Agentes	85
14. Obediência Hierárquica	85
15. Estrito Cumprimento do Dever Legal	85

16.	Independência de Instâncias	86
17.	Aplicação da Lei nº 9.099/95	86
18.	Prazo Prescricional	87
19.	Revogações	87
20.	Crimes em Espécie	87
20.1.	Atentado à liberdade de locomoção	87
20.2.	Atentado à inviolabilidade de domicílio	88
20.3.	Atentado ao sigilo de correspondência	89
20.4.	Atentado à liberdade de consciência e crença	90
20.5.	Atentado ao livre exercício do culto religioso	91
20.6.	Atentado à liberdade de associação	91
20.7.	Atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício do voto	91
20.8.	Atentado ao direito de reunião	91
20.9.	Atentado à incolumidade física do indivíduo	92
20.10.	Atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional	93
21.	Outros Crimes	93
22.	Procedimento	97
4.	CRIMES DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITOS – DECRETO-LEI Nº 201/67	
	Decreto-lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967	99
	Crimes de Responsabilidade de Prefeitos – Decreto-lei nº 201/67	101
5.	ESTATUTO DO ÍNDIO – LEI Nº 6.001/73	
	Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973	121
	Estatuto do Índio – Lei nº 6.001	122
1.	Introdução	122
2.	Definições e Princípios Estatutários	123
2.1.	Definições	123
2.2.	Imputabilidade e erro de proibição	124
2.3.	Exame antropológico	125
2.4.	Princípios	125
2.4.1.	Atenuante específica	125
2.4.2.	Regime de Pena	126
2.4.3.	Tolerância às sanções penais ou disciplinares indígenas	126
3.	Dos Crimes Contra os Índios	127
4.	Aspectos Processuais – Potencialidade Ofensiva e Competência	128
6.	CRIMES CONTRA O PARCELAMENTO DO SOLO URBANO – LEI Nº 6.766/79 E LEI Nº 10.932/04	
	Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979	131
	Lei nº 10.932, de 03 de agosto de 2004	134
	Crimes Contra o Parcelamento do Solo Urbano – Lei nº 6.766/79 e Lei nº 10.932/04	135
1.	Considerações Iniciais	135

2.	Proibições Quanto ao Parcelamento do Solo	136
2.1.	Disposições penais.	136
7.	CRIMES RESULTANTES DE PRECONCEITOS DE RAÇA OU DE COR – LEI Nº 7.716/89 (ALTERADA PELA LEI Nº 12.288/10)	
	Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989	145
	Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010.	147
	Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou de Cor – Lei nº 7.716/89 (Alterada pela Lei nº 12.288/10)	150
1.	Aspectos Constitucionais	150
2.	Breve Digressão sobre a Codificação Penal	151
2.1.	Leis antiescravagistas e Lei Afonso Arinos	152
2.2.	Crime de genocídio e racismo	153
3.	Aspectos Criminais.	154
3.1.	Conceitos	154
3.2.	Caracteres gerais	157
3.3.	Tipos penais.	159
8.	CRIMES CONTRA DEFICIENTES – LEI Nº 7.853/89	
	Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989	171
	Crimes Contra Deficientes – Lei nº 7.853/89	173
1.	Tutela Constitucional do Portador de Deficiência	173
2.	Conceito de Deficiência	174
9.	ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069/90	
	Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	183
	Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90	188
10.	CRIMES HEDIONDOS – LEI Nº 8.072/90	
	Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990	233
	Crimes Hediondos – Lei nº 8.072/90	235
1.	Caracteres Genéricos	235
2.	Assento Constitucional	236
3.	Qualificação Legal	236
4.	Homicídio Simples e Qualificado.	236
5.	Latrocínio	237
6.	Extorsão, Sequestro Relâmpago e Extorsão Mediante Sequestro	237
7.	Estupro	238
8.	Estupro de Vulnerável	240
9.	Epidemia com Resultado Morte	240
10.	Falsificação, Corrupção, Adulteração ou Alteração de Produtos Destinados a Fins Terapêuticos ou Medicinais	240
11.	Infrações Equiparadas	240
12.	Indulto	241
13.	Fiança e Liberdade Provisória	242

14.	Regime de Cumprimento de Pena	243
15.	Apelação em Liberdade	244
16.	Prisão Temporária	245
17.	Livramento Condicional e Reincidência Específica	245
18.	Suspensão Condicional da Pena	246
19.	Pena Restritiva de Direitos	246
20.	Quadrilha ou Bando	247
21.	Causa de Aumento de Pena	248

11. CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR – LEI Nº 8.078/90

Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990	249
Crimes Contra o Consumidor – Lei nº 8.078/90	251
1. Considerações Iniciais	251
2. Fundamentação Constitucional dos Direitos do Consumidor	251
3. Aspectos e Conceitos Gerais	252
4. Das Infrações Penais	253
4.1. Caracteres genéricos	253
4.2. Tipos penais	253
5. Concurso de Pessoas	261
5.1. Circunstâncias agravantes	261
6. Multa e Penas Restritivas	262
7. Assistência de Acusação e Ação Penal Subsidiária	262

12. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA, ECONÔMICA E

CONTRA AS RELAÇÕES DE CONSUMO – LEI Nº 8.137/90

Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990	263
Crimes Contra a Ordem Tributária, Econômica e Contra as Relações de Consumo	
– Lei nº 8.137/90	267
1. Competência	267
2. Erro de Tipo e de Proibição e Crimes Tributários	267
3. Princípio da Insignificância e Crimes Tributários	268
4. Inexigibilidade de Conduta Diversa e Crime Tributário	268
5. Objetividade Jurídica	269
6. Condição Objetiva de Persecução Penal	269
7. Extinção da Punibilidade em Crimes Contra a Ordem Tributária	336
8. Suspensão da Pretensão Punitiva e Extinção da Punibilidade Limitada pelo Recebimento da Denúncia	337
9. Suspensão da Pretensão Punitiva e Extinção da Punibilidade Não Limitada pelo Recebimento da Denúncia (Lei nº 10.684/2003)	337
10. Causa Especial de Diminuição de Pena do Parágrafo Único	339

13. CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA – LEI Nº 8.176/91 E LEI Nº 9.478/97

Lei nº 8.176, de 8 de fevereiro de 1991	341
Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997	342

Crimes Contra a Ordem Econômica – Lei nº 8.176/91 e Lei nº 9.478/97.....	350
1. Considerações Iniciais	350
2. Disposições Penais.....	351
14. CRIMES DE LICITAÇÃO – LEI Nº 8.666/93	
Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993	359
Crimes de Licitação – Lei nº 8.666/93.....	371
1. Considerações Iniciais	371
2. Previsão Constitucional	371
3. Das Disposições Gerais	371
4. Dos Crimes em Espécie.....	373
15. CRIMES DE DISCRIMINAÇÃO NA GRAVIDEZ – LEI Nº 9.029/95	
Lei nº 9.029, de 13 de abril de 1995	389
Crimes de Discriminação na Gravidez – Lei nº 9.029.....	390
16. CRIME ORGANIZADO – LEI Nº 9.034/95	
(ALTERADA PELA LEI Nº 10.217 DE 11/04/01)	
Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995.....	395
Crime Organizado – Lei nº 9.034/95 (alterada pela Lei nº 10.217 de 11/04/01)	397
1. Considerações Preliminares e Características Básicas da Organização Criminosa	397
2. Da Definição de Ação Praticada por Quadrilha ou Bando, Organizações e Associações Criminosas	398
3. Dos Meios Operacionais de Investigação e Prova	401
3.1. Ação controlada	402
3.2. Captação e interceptação ambiental	403
3.3. Infiltração	404
4. Da Preservação do Sigilo Constitucional	406
5. Disposições Gerais	408
5.1. Especialização	408
5.2. Identificação criminal	409
5.3. Colaboração espontânea	410
5.4. Liberdade provisória	411
5.5. Prazo para encerramento da instrução	411
5.6. Apelação em liberdade.....	411
5.7. Regime inicial de cumprimento de pena.....	412
17. CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INDUSTRIAL – LEI Nº 9.279/96	
Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.....	413
Crimes Contra a Propriedade Industrial – Lei nº 9.279/96.....	441
1. Considerações Iniciais	441
2. Crimes Contra as Patentes	442
3. Dos Crimes Contra os Desenhos Industriais	447
4. Dos Crimes Contra as Marcas	449

5.	Dos Crimes Cometidos por Meio de Marca, Título de Estabelecimento e Sinal de Propaganda	452
6.	Dos Crimes Contra Indicações Geográficas e Demais Indicações	453
7.	Dos Crimes de Concorrência Desleal	456
18. INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA – LEI Nº 9.296/96		
	Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996	469
	Interceptação Telefônica – Lei nº 9.296/96	470
1.	Inviolabilidade das Comunicações como Direito Fundamental	470
2.	Conceito de Interceptação	471
3.	Competência	473
4.	Sujeito Passivo	473
5.	Finalidade da Interceptação	474
6.	Interceptação que Capta Questões Envolvendo Terceiros	474
7.	Fatos não Previstos na Representação para Interceptação	474
8.	Uso da Prova Obtida pela Interceptação como Prova Emprestada	474
9.	Uso da Prova Ilícita como Meio de Defesa	475
10.	Requisitos	476
11.	Determinação de Ofício pelo Juiz	477
12.	Representação pela Interceptação	478
13.	Procedimento	479
14.	Decisão	479
15.	Prazo da Interceptação	480
16.	Nulidade da Prova Ocorrida na Prorrogação da Interceptação, mas Válida Originariamente	480
17.	Cumprimento da Interceptação	481
18.	Participação do Ministério Público na Diligência	481
19.	Gravação da Conversa Interceptada	481
20.	Sigilo Quanto ao Réu na Interceptação	482
21.	Momento da Ciência do Investigado	483
22.	Apensamento da Medida no Caso de Interceptação Incidental	483
23.	Crime de Interceptação de Comunicação Telefônica, de Informática ou Telemática	484
24.	Crime de Quebra do Segredo de Justiça	486
19. TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS – LEI Nº 9.434/97		
	Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997	489
	Transplante de Órgãos – Lei nº 9.434/97	493
1.	Introdução	493
2.	Conceitos	493
3.	Condicionantes Genéricas	494
4.	Aspectos Criminais	497
20. LEI DE TORTURA – LEI Nº 9.455/97		
	Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997	505

Lei de Tortura – Lei nº 9.455/97	506
1. Digressão Histórica	506
2. Tratados Internacionais	507
3. Posição Constitucional	507
4. Posição no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	508
5. Posição da Lei dos Crimes Hediondos	508
6. Posição Legal na Lei nº 9.455/97	508
7. Dos Crimes em Espécie	509
7.1. Tipo penal básico – Primeira figura delituosa	509
7.2. Segunda figura delituosa	513
7.3. Terceira figura delituosa	515
7.4. Quarta figura delituosa	516
8. Circunstâncias Qualificadoras	518
9. Causas de Aumento de Pena	519
10. Efeitos Específicos da Condenação	521
11. Efeitos Processuais ou de Execução	522
12. Regime Prisional	522
13. Aplicação do Princípio da Extraterritorialidade Condicionada	523
14. Prisão Temporária	523
15. <i>Vacatio Legis</i>	523
16. Revogação Expressa	523
 21. CRIMES DE TRÂNSITO – LEI Nº 9.503/97	
Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997	525
Crimes de Trânsito – Lei nº 9.503/97	529
1. Digressão Histórica	529
2. Considerações Iniciais	530
3. Crimes de Trânsito – Parte Geral	531
4. Crimes de Trânsito – Parte Especial	535
4.1. Homicídio culposo	535
4.2. Lesão corporal culposa	538
4.3. Omissão de socorro	539
4.4. Evasão do local do acidente	541
4.5. Embriaguez ao volante	543
4.6. Violação da suspensão ou proibição	547
4.7. Participação em competição não autorizada	548
4.8. Dirigir sem habilitação	549
4.9. Entregar a direção de veículo a pessoa não habilitada	552
4.10. Excesso de velocidade em locais especiais	554
4.11. Fraude processual	555
 22. CRIMES AMBIENTAIS – LEI Nº 9.605/98	
Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998	557
Crimes Ambientais – Lei nº 9.605/98	569

1.	Considerações Iniciais	569
1.1.	Meio ambiente na história do Brasil	569
1.2.	Posicionamento constitucional	570
1.3.	Posição legislativa	571
2.	Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas nos Crimes Ambientais	571
3.	Responsabilidade Penal das Pessoas Jurídicas de Direito Público	572
4.	Aplicação da Pena	572
5.	Dos Crimes em Espécie	574
5.1.	Crimes contra a fauna	574
5.2.	Crimes contra a flora	583
5.3.	Crimes de poluição e outros crimes ambientais	599
5.4.	Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	605
5.5.	Crimes contra a administração ambiental	608
23.	PROPRIEDADE INTELECTUAL DE PROGRAMA DE COMPUTADOR – LEI Nº 9.609/98	
	Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998	613
	Propriedade Intelectual de Programa de Computador – Lei nº 9.609/98	614
24.	LAVAGEM DE DINHEIRO – LEI Nº 9.613/98	
	Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998	619
	Lavagem de Dinheiro – Lei nº 9.613/98	621
1.	Principiologia	621
2.	Definição	623
3.	Fases da Lavagem de Dinheiro	624
4.	Dos Crimes e do Procedimento	625
25.	ESTATUTO DO TORCEDOR – LEI Nº 10.671/03	
	(ALTERADA PELA LEI Nº 12.299/10)	
	Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003	649
	Estatuto do Torcedor – Lei nº 10.671 (Alterada pela Lei nº 12.299/10)	650
1.	Introdução	650
2.	Dos Crimes	651
26.	ESTATUTO DO IDOSO – LEI Nº 10.741/03	
	Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003	663
	Estatuto do Idoso – Lei nº 10.741/03	667
27.	CRIMES DE ARMA DE FOGO – LEI Nº 10.826/03 E DECRETO Nº 5.123/04	
	Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003	695
	Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004	702
	Crimes de Arma de Fogo – Lei nº 10.826/03 e Decreto nº 5.123/04	717
1.	Resenha Histórica	717
2.	Classificação Comum das Armas	717
3.	Classificação Jurídica das Armas	717
4.	Dos Crimes de Arma de Fogo em Espécie	720

4.1. Posse irregular de arma de fogo de uso permitido	720
4.2. Omissão de cautela	724
4.3. Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido	728
4.4. Disparo de arma de fogo	733
4.5. Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito	736
4.6. Comércio ilegal de arma de fogo	742
4.7. Tráfico internacional de arma de fogo	744

28. CRIMES FALIMENTARES — LEI Nº 11.101/05

Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005	747
Crimes Falimentares — Lei nº 11.101/05	751
1. Considerações Iniciais	751
2. Direito Intertemporal	753
3. Apuração de Crimes Previstos na Lei nº 11.101/2005	753
4. O Princípio da Unicidade	755
5. Dos Crimes em Espécie	757
5.1. Fraude a credores	757
5.2. Violação de sigilo empresarial	765
5.3. Divulgação de informações falsas	767
5.4. Indução a erro	769
5.5. Favorecimento de credores	771
5.6. Desvio, ocultação ou apropriação de bens	773
5.7. Aquisição, recebimento ou uso ilegal de bens	775
5.8. Habilitação ilegal de crédito	776
5.9. Exercício ilegal de atividade	778
5.10. Violação de impedimento	779
5.11. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	782
5.12. Ação penal	785

29. LEI MARIA DA PENHA — LEI Nº 11.340/06

Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006	795
Lei Maria da Penha — Lei nº 11.340/06	802
1. Introdução	802
2. Advento da Lei sobre Violência Contra a Mulher	803
3. Maria da Penha	807
4. Inovações, Avanços e Caracteres da Lei nº 11.340/2006	809
4.1. Conceito, área de abrangência e formas de violência	809
4.1.1. Conceito	810
4.1.2. Área de Abrangência	813
4.1.2.1. Âmbito de unidade doméstica	813
4.1.2.2. Âmbito da família	814
4.1.2.3. Relação íntima de afeto	814
4.1.2.4. Orientação sexual	815
4.1.3. Formas de violência	816

4.2. Sujeitos e constitucionalidade	817
4.3. Competência	819
4.4. Incorporação da perspectiva de gênero	821
4.5. Inaplicabilidade da Lei dos Juizados Especiais (Lei nº 9.099/95) e espécies de pena	824
4.6. Lesão leve e representação	828
4.7. Atendimento policial e demais alterações legislativas	831
4.8. Medidas iminentes de proteção integral	837
4.9. Prioridade na remoção e garantia de emprego	837
4.10. Medidas protetivas de urgência	839
4.11. Prisão preventiva	840
4.12. Medidas protetivas de urgência que obrigam o agressor	842
4.13. Medidas protetivas de urgência à ofendida	845

30. LEI DE DROGAS – LEI Nº 11.343/06 E DECRETO Nº 5.912/06

Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006	849
Decreto nº 5.912, de 27 de setembro de 2006	861
Lei de Drogas – Lei nº 11.343/06 e Decreto nº 5.912/06	865
1. Resenha Histórica	865
2. Classificação Farmacológica das Drogas	866
3. Considerações à Lei nº 11.343/06	867
4. Dos Crimes e das Penas	867
5. Do Procedimento Penal	905
5.1. Da investigação policial	905
5.2. Da instrução criminal	907

31. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS